RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Deputado suplente é alvo de operação por suposto desvio de R$ 1 milhão em MT

Operação Mandato Espúrio

Yuri Ramires A Gazeta

Um dos alvos da Operação Mandato Espúrio, que investiga supostas movimentações financeiras irregulares no Instituto Mato-Grossense de Feijão, Pulses, Colheitas Especiais e Irrigação (IMAFIR-MT), é o suplente de deputado estadual, que também é candidato ao mesmo cargo nas eleições de 2026, Hugo Garcia (PSDB). Conforme a Polícia Civil, as movimentações financeiras consideradas irregulares ultrapassam R$ 1 milhão.

A investigação é conduzida pela Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf) de Cuiabá e apura possíveis crimes de furto qualificado, estelionato e falsidade ideológica relacionados à administração do instituto.

Em Cuiabá, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão, além de medidas judiciais para bloquear contas bancárias e suspender os acessos dos investigados às contas do IMAFIR-MT. A entidade é considerada vítima no procedimento e colabora com as autoridades.

Segundo a investigação, Hugo Garcia, que era presidente da entidade, está entre os envolvidos que teriam praticado atos de gestão e movimentações financeiras em meio a uma disputa pela representação legal do IMAFIR-MT.

A Polícia Civil apura se um ex-dirigente da entidade realizou operações financeiras mesmo após a existência de um acordo homologado judicialmente e de uma decisão que o impedia de reassumir a presidência e praticar atos em nome do instituto.

As diligências apontaram indícios de alterações estatutárias, disputa interna pelo comando da entidade e, posteriormente, realização de movimentações patrimoniais consideradas suspeitas.

A apuração busca esclarecer, entre outros pontos, quem autorizou as operações, qual era a legitimidade dos responsáveis para movimentar as contas do instituto e qual foi a destinação dos recursos.

Mais de R$ 1 milhão em transações

Conforme a Derf, as movimentações financeiras consideradas irregulares ultrapassam R$ 1 milhão.

Uma das operações investigadas envolve quase R$ 774 mil, que teriam sido transferidos para uma conta pessoal e para uma empresa pertencente ao então diretor executivo do instituto. Outra transferência, de R$ 270 mil, teve como destino um escritório de advocacia.

A Polícia Civil busca esclarecer a origem e a finalidade dos pagamentos, além de verificar eventual participação dos investigados nas operações.

Além das buscas, a Justiça determinou o bloqueio de contas bancárias e a suspensão e desativação dos mecanismos utilizados pelos investigados para movimentar os recursos do IMAFIR-MT.

A medida inclui perfis de acesso, credenciais eletrônicas, tokens, certificados digitais, assinaturas eletrônicas e outros mecanismos, incluindo a chamada “Chave J”.

Com a decisão, os investigados ficam impedidos de realizar ou autorizar pagamentos, transferências, Pix, aplicações, resgates e outras movimentações em nome da entidade.